

A educação ambiental como aliada na construção da ética do cuidado e da responsabilidade ecológica desde a primeira infância.

Environmental Education as an ally in building the ethics of care and ecological responsibility from early childhood.

SILVA, Tânia Cristina¹; BARROS, Edonilce da Rocha²; LOPO, Alexandre Boleira³

¹ Universidade do Estado da Bahia, tanyaead@gmail.com; ² Universidade do Estado da Bahia, ebarros@uneb.br; ³ Universidade do Estado da Bahia, alopo@uneb.br

Eixo Temático: Infância e Agroecologia

Resumo: As emergências enfrentadas pela sociedade na pandemia têm consequências que afetam o planeta e reforçam a necessidade de maior efetividade da Educação Ambiental (EA). Este artigo objetiva reconhecer a importância da EA para a construção da ética do cuidado e da responsabilidade ecológica desde a primeira infância, partindo da seguinte questão norteadora: como os documentos normativos relacionados à EA a reconhecem enquanto aliada na construção da ética do cuidado e da responsabilidade ecológica na primeira infância? Para isso, utilizou-se uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, sendo realizada a análise de documentos legais relacionados à Educação Infantil e à EA. Partindo de leituras e reflexões, preliminarmente, é possível afirmar que há uma carência na formação de professores/as da Educação Infantil relacionada às questões ambientais, e que é evidente a ausência de estudos mais específicos sobre a agroecologia e a Educação Infantil nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: educação infantil; agroecologia; prática pedagógica.

Introdução

A agroecologia tem sido reconhecida como uma importante aliada para a promoção de uma agricultura sustentável (GLIESSMAN, 2002), que integra a sociedade, a economia e o meio ambiente, por meio de práticas que possibilitam o uso responsável da terra, das águas e das florestas, constituindo “num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 46).

Tais iniciativas estimulam uma mudança de paradigma no manejo da terra, transitando de um modelo convencional de agricultura, o qual é baseado no uso intensivo de insumos agrotóxicos, uso irracional de fontes hídricas e manejo inapropriado do solo (GLIESSMAN, 2002). Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de processos educativos formais e não-formais que contribuam para essa transição, destacando-se a primeira infância como princípio desse processo formativo, sendo a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996), lócus privilegiado para a formação de uma consciência ecológica cidadã, conforme preconiza a Política Nacional de educação ambiental (BRASIL, 1999).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais recentemente, também ressalta a relação da criança com a natureza ao propor campos de experiência que estimulam



o acolhimento de "vivências e conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade" (BNCC, 2019), e a articulação destes nas propostas pedagógicas desenvolvidas em creches e pré-escolas.

A partir da consulta a documentos legais e reflexões fundamentadas em estudos e pesquisas, delineou-se a seguinte questão norteadora: como os documentos normativos relacionados à Educação Ambiental a reconhecem enquanto aliada na construção da ética do cuidado e da responsabilidade ecológica? Para isso, a pesquisa tem como objetivo reconhecer a importância da Educação Ambiental como aliada na construção da ética do cuidado e da responsabilidade com a comunidade de vida terrestre desde a educação infantil.

Para responder à questão norteadora optou-se por uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, sendo realizada a análise de documentos legais relacionados à Educação Infantil. Também foram pesquisados documentos normativos que abordam a Educação Ambiental, por considerar que esta se aproxima dos princípios da Agroecologia, que defendem a valorização e preservação da biodiversidade, o uso adequado de fontes hídricas (GLIESSMAN, 2002).

O presente estudo integra o projeto de pesquisa em andamento vinculado ao Doutorado Profissional do Programa de Pós-Graduação Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia, cujo objeto é a relação entre as práticas pedagógicas do/a professor/a da Educação Infantil e a construção de saberes agroecológicos desde a primeira infância.

Metodologia

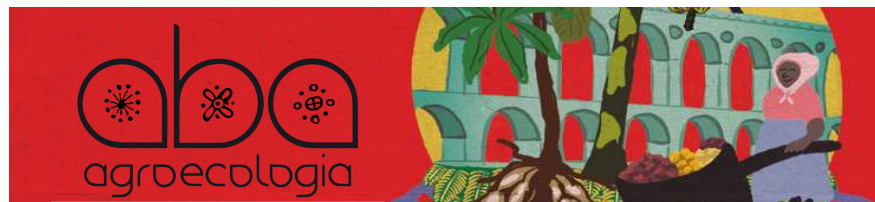
A metodologia base do estudo que resultou neste artigo é do tipo exploratório, de natureza qualitativa, desenvolvida a partir da análise de documentos normativos sobre a Educação Ambiental e a Educação Infantil à luz de estudos sobre essas categorias analíticas publicados em periódicos.

Para isso, foi realizada a busca de documentos legais em sites oficiais do governo federal, a exemplo da Casa Civil, Ministério da Educação. Também foi feita a busca de artigos nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Capes, Scielo e Google Acadêmico, estabelecendo o recorte temporal dos últimos cinco anos.

Os dados coletados foram analisados à luz do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), tendo como referência estudos que integram a Educação Ambiental e a Educação Infantil, e de contribuições de pesquisadores que refletem sobre a educação em agroecologia, com enfoque nos espaços formais de educação.

Resultados e Discussão

A legislação educacional brasileira prevê uma Política nacional de educação ambiental, sancionada no final da década de 1990, a qual manifesta a educação



ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, salientando a necessidade da presença desse componente, de maneira articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja nos espaços formais ou não-formais (BRASIL, 1999).

Nesse contexto, a educação ambiental é entendida como processos que favorecem a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências direcionadas à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999), tanto por parte do indivíduo quanto da coletividade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) mencionam uma prática político-pedagógica transformadora e emancipatória, o que implica numa Educação Ambiental crítica em detrimento de uma abordagem conservacionista, que reproduz a relações vigentes e, apesar de ter marcado seu período inicial no Brasil (MORENO-SIERRA; MARTINEZ-PEREZ, 2022), ainda está presente na educação formal. O artigo 6º informa que a Educação Ambiental “deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo” (MEC, 2012, p. 2), o que não comunga com uma “visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino” (MEC, 2012, p. 2).

Nesse contexto, a incorporação da Educação Ambiental no cotidiano das escolas exige um maior investimento nas políticas de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, ancoradas numa abordagem crítica e emancipadora, em que o/a professor/a é um “agente de processos dialógicos e coletivos, que a partir de seus saberes pedagógicos, problematiza e transforma as relações entre sujeitos e natureza” (MORENO-SIERRA; MARTINEZ-PEREZ, 2022, p. 50).

Em consonância com a concepção de Educação Ambiental prevista na legislação brasileira, destaca-se a importância da Educação Infantil como espaço primordial para a promoção da consciência ecológica (BARROS; RECENA, 2018; RODRIGUES; SAHEB, 2018; CREPALDI; BONOTTO, 2018; VERDERIO, 2021). O reconhecimento da Educação Infantil “como o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2019, p. 36), justifica a relevância da inclusão de vivências de contato com a natureza na rotina das crianças atendidas pelas creches e escolas de Educação Infantil.

Já existem iniciativas que percebem a necessidade de sensibilizar as crianças para o cuidado do meio ambiente (BARROS; RECENA, 2018) e que inserem o debate sobre a Agroecologia desde a primeira infância, a exemplo do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma organização da sociedade civil que difunde a Agroecologia como estratégia para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar, financiado pela organização internacional ActionAid (CTA-ZM, 2023).



Tais iniciativas ressaltam a importância da articulação entre as infâncias e a agroecologia. Elas contribuem para a concretização da Política nacional de educação ambiental na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e no engajamento das pessoas na sua defesa e preservação (BRASIL, 1999), bem como respondem a agendas internacionais a exemplo da Agenda 2030 implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável, como: combate à pobreza (ODS 1), promoção da segurança alimentar e agricultura sustentável (ODS 2) e combate às alterações climáticas (ODS 13) (ODS BRASIL, 2023), por meio da educação ambiental, ao oferecer campos de experiências, desde a primeira infância, que estimulem a formação da consciência ecológica cidadã (BRASIL, 1999).

Em contrapartida, Rosa, Kauchakje e Fontana (2021), em estudo sobre a educação ambiental na escola, a partir da literatura internacional e análise de estudos brasileiros, registram a escassez de discussão sobre a educação ambiental na educação superior e na educação infantil, políticas públicas e a formação de professores. Essa evidência denuncia a carência de estudos que relacionam a dimensão ambiental e a educação infantil nos espaços formais.

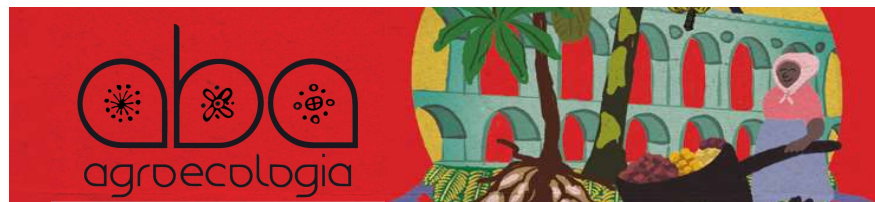
Conclusões

A legislação brasileira prevê uma série de ações que precisam ser executadas pelos entes federativos, no entanto, ainda há uma grande lacuna entre a previsão legal e a efetivação da educação ambiental nos diferentes espaços formativos.

Observou-se que já existem ações voltadas para o desenvolvimento da Educação Ambiental desde à primeira infância, porém, ainda há uma carência na formação de professores/as para atuarem nesse segmento, que adotem uma postura crítica, investigativa e criativa que incentive a criança a se aproximar da natureza com respeito e cuidado, contribuindo para a formação de sua consciência ecológica.

É importante destacar que não é possível apresentar conclusões, visto que se trata de estudos preliminares. Porém, os levantamentos e análises realizados no presente trabalho apontam para a necessidade de pesquisas que investiguem a articulação entre a agroecologia e a Educação Infantil, evidenciem a Educação Ambiental no desenvolvimento de práticas pedagógicas para a primeira infância e a necessidade de planejamento de ações de estudos, pesquisas e experimentações sobre a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação continuada para docentes que atuam no segmento, em conformidade com a Política nacional de Educação Ambiental.

Por fim, ressalta-se a relevância da agroecologia como propulsora de ações alternativas à crise socioambiental, que minimizem as externalidades intensificadas pela ação humana na natureza, reconhecendo-a como forte aliada na construção de atitudes de cuidado e preservação da terra, das águas e das florestas desde a primeira infância.



Referências bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.

BARROS, L. V. R. de; RECENA, M. C. P. Conscientizar os alunos da educação infantil sobre a importância de preservar o meio ambiente. **Educação ambiental em ação**. volume XVI, n. 61, set.-nov./2017. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2883>. Acesso em 25 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretriz-escurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 6 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

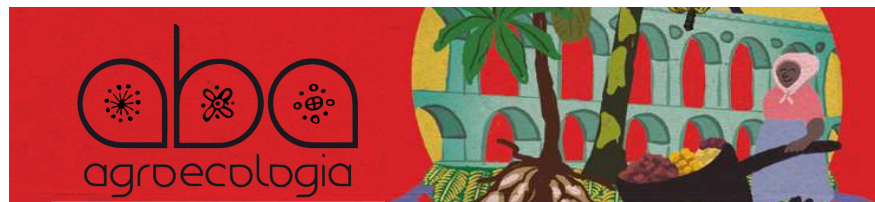
CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. de (Org.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - Educação a Distância. Paraná: IFPR, 2011. p. 45-80.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). Educação e Agroecologia. Disponível em: <https://ctazm.org.br/programas/programa-educacao-e-agroecologia-17>. Acesso em: 06 fev. 2022.

CREPALDI, G. D. M.; BONOTTO, D. M. B. Educação Ambiental: um direito da Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, v. 20, n. 38, jul./dez.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n38p375>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GLIESSMAN, S. R. *Importancia de los sistemas sostenibles para la producción de alimentos*. In: GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C. R.: CATIE, 2002. p. 03-14.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais



para a Educação Ambiental. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em 25 fev. 2023.

MORENO-SIERRA, D. F.; MARTINEZ-PEREZ, L. F. **Educación ambiental crítica freireana: análisis de corrientes y aportes para la formación de profesores.** **Rev. Fac. Cienc. Tecnol.**, Bogotá , n. 52, p. 47-64, dec. 2022 . Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-38142022000200047&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 fev. 2023.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODSBRASIL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2023. Disponível em:
<https://odsbrasil.gov.br/home/NewHome>. Acesso em 27 fev. 2023.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. , 2018 99(253), set. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/XRYxkfFyTQzqvVcbdZGJqTK/?lang=pt>. Acesso em 25 fev. 2023.

ROSA, M. A.; KAUCHAKJE, S.; FONTANA, M. I. Educação ambiental na escola: literatura internacional e análise de estudos brasileiros. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2591>. Acesso em: 25 fev. 2023.

VERDERIO, L. Á. P. O desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: importância e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 130–147, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10617>. Acesso em: 25 fev. 2023.